

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Consumo de energia fica estável em junho	2
Título: Governo propõe derrubar obrigação de tabela do frete.....	3
Título: Brasil e Estados Unidos formalizam tratativas para acordo de livre-comércio	5
Título: Petrobras reajusta diesel e gasolina após três meses	7
Título: Presidente quer negociação justa por energia de Itaipu.....	8
Título: Italiana Enel vai priorizar distribuição e eficiência	9
Título: Retomada da economia virá só em março de 2020, afirma Steinbruch	10
Título: Problemas em Goiás preocupam grupo Enel.....	12
Título: Venda da TAG puxa lucro da Petrobras para cima	13
Título: Petroleira pagará R\$ 815 milhões por perdas com parada do Comperj	15
Título: Vale faz provisão adicional de R\$ 5,3 bi para Brumadinho no 2º trimestre	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Despesas com Brumadinho levam Vale a novo prejuízo	18
Título: O labirinto de Mario Abdo Benítez	19
Título: Em meio a crise sobre Itaipu, oposição tenta impeachment de líder paraguaio	20
Título: Brasil e EUA estão em negociações oficiais, diz Guedes.....	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Bolsonaro afirma querer ‘fazer justiça’ em acordo sobre Itaipu	23
Título: Saída honrosa.....	24
Título: Negociação de tratado com os EUA começou, afirma Guedes	25
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Após Brumadinho, Vale tem segundo prejuízo seguido	26

Título: Enxugamento das estatais leva à redução de investimentos	27
Título: Ajuda ao aliado	30
Título: Guedes diz que país já está negociando acordo com os EUA.....	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	33
Título: Negociações com os EUA começam	33
Título: Cotas para trigo, etanol e açúcar	35
Título: Itaipu leva oposição a iniciar impeachment	36
Título: Ex-vice de Maduro é buscado pelos EUA.....	39

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Consumo de energia fica estável em junho

O baixo desempenho da atividade econômica contribuiu para o consumo de energia do país em junho permanecer no mesmo nível do apurado em igual mês do ano passado. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgados ontem, o consumo de energia somou 38.213 gigawatts-hora (GWh) em junho, praticamente estável (0,2%), ante igual período de 2018. No acumulado do primeiro semestre deste ano o consumo cresceu 1,7%, totalizando 242.092 GWh.

O segmento industrial registrou consumo de 13.760 GWh em junho, praticamente em linha (0,3%), em relação a igual mês de 2018. No primeiro semestre, porém, consumo da categoria recuou 1%, para 83.025 GWh.

"Em relação à conjuntura econômica das indústrias, a ociosidade do parque produtivo continuou elevada em junho, em torno de 25%, sem sinalização aparente de evolução imediata", informou a EPE, em relatório.

Com relação ao setor residencial, o consumo em junho ficou em 10.877 GWh, com queda de 1,7% em relação a igual mês do ano passado. O resultado foi

motivado principalmente pela queda das temperaturas neste ano. No primeiro semestre, porém, o consumo cresceu 3,2% em relação à primeira metade do ano passado, somando 72.181 GWh.

No setor de comércio e serviços, o consumo alcançou 7.118 GWh em junho, com alta de 3,4%. No primeiro semestre, o consumo avançou 4,2%, para 47.113 GWh.

Outro boletim divulgado ontem pelo Operador Nacional de Energia Elétrica (ONS) indicou a mesma situação diagnosticada pela estatal energética. A carga (consumo mais perdas) de energia no país em junho somou 63.796 megawatts (MW) médios, com alta de 0,4% em relação a igual mês do ano passado. Na comparação com maio deste ano, a carga recuou 4,8%. E, no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho, a carga apresentou crescimento de 2,4%, ante igual período anterior.

Segundo o ONS, o menor número de dias úteis em junho deste ano, em relação a igual mês de 2018, e o baixo dinamismo da atividade econômica foram os principais motivos para o desempenho da carga em junho. "Cabe ressaltar que a economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego", explicou o operador no boletim.

A região Sul foi a única que registrou queda (-1,7%) na comparação anual, totalizando uma carga de 10.759 MW médios, devido também à situação econômica, informou o ONS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia e Mariana Muniz | De Brasília

Título: Governo propõe derrubar obrigação de tabela do frete

Às vésperas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o governo costura um acordo com caminhoneiros e embarcadores para transformar a tabela de frete em referencial, apurou o **Valor**. Para tal, o governo estuda encaminhar ao Congresso uma medida provisória alterando a Lei do Frete Mínimo ou apoiar uma emenda à MP da Liberdade Econômica, que já se encontra no plenário da Câmara.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, já propôs a solução tanto às empresas contratantes de frete, que sempre defenderam a ideia de uma tabela

de referência, quanto aos transportadores autônomos, que nunca receberam bem a proposta no passado. Caso as partes concordem, a tabela de frete deixaria de ser obrigatória e passaria a ser facultativa, abrindo margem para que não se cumpra a tabela na prática e voltem as negociações no âmbito do livre mercado.

Ao mesmo tempo, ainda que passe a ser apenas uma referência, Freitas promete republicar a tabela da Esalq - suspensa após decisão colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - com o adicional de uma "taxa de lucro", a ser cobrada por rota e setor econômico. Ele apresentou a alternativa na semana passada.

Pela proposta de Tarcísio, que também já tratou do tema com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, embarcadores e caminhoneiros formariam mesas de negociação para definir esses preços, num acordo privado que só entraria em vigor após a sanção da lei sobre a tabela de referência. Até agora, porém, nenhum dos dois ainda respondeu ao ministro.

Ao mesmo tempo, o relator das três ações contra o tabelamento no STF, o ministro Luiz Fux, também já vem costurando a alternativa da tabela referencial, numa solução que não desagrade o empresariado nem azede a relação do governo com os caminhoneiros, em meio aos riscos de novas greves como as que afetaram o país no ano passado.

Mesmo porque, ainda que Freitas obtenha um acordo entre transportadores e embarcadores, pode ser que o Congresso não consiga votar a tempo uma proposta de lei antes do Supremo julgar o assunto, avaliam fontes que acompanham a questão.

Em 2018, lideranças de caminhoneiros autônomos, transportadoras e empresas contratantes de frete puderam explicar seus motivos pessoalmente ao ministro Fux durante uma audiência pública realizada diante da sensibilidade do assunto. À época, a ideia de uma tabela de referência também já vinha sendo defendida junto a Fux e também chegou a ser apresentada por meio de diversas emendas parlamentares no Congresso, apoiadas pelo setor empresarial.

Alçado ao posto de principal articulador da corte com o Planalto, Fux tem buscado ouvir todos os argumentos. O Supremo retoma suas atividades hoje, mas antes do recesso, porém, ele já havia marcado para o próximo dia 4 de setembro o julgamento sobre a constitucionalidade da tabela. A iniciativa de

Fux foi vista como "prazo final" para que as articulações fora do Judiciário ganhassem corpo.

Interlocutores da corte apontam, porém, que o relator está pronto para votar e pretende, durante o julgamento, ouvir os pontos de vista dos outros pares a fim de chegar a um "voto médio", numa solução intermediária para o impasse.

Internamente, a avaliação feita é de que o relator vote pela inconstitucionalidade da vinculação da tabela, tornando-a referencial - um pedido que já existe em duas das três ações diretas de inconstitucionalidade contra a tabela. A ideia ganha força diante do apelo de que, ao considerar constitucional a tabela, a corte crie um precedente para a volta dos tabelamentos de preço que assombraram a economia brasileira na década de 1980.

Ao acionarem o STF, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) defenderam, em suas petições iniciais, que o tabelamento de preços tem apenas caráter indicativo ao setor privado, retirando sua força vinculante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta, Carla Araújo e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Brasil e Estados Unidos formalizam tratativas para acordo de livre-comércio

Brasil e Estados Unidos oficializaram ontem as tratativas para um acordo de livre-comércio. "O que era só um pensamento agora é o seguinte: já estamos oficialmente começando as negociações com os Estados Unidos", afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, após reunir-se com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross.

Antes, Ross havia estado com o presidente Jair Bolsonaro. "Foi excelente o encontro com ele. Falou do interesse dos EUA, está seguindo a linha que já conversei com [Donald] Trump lá atrás", disse o brasileiro. "Acho que nosso comércio, dois países que tem juntos mais de 500 milhões de habitantes, é muito fraco."

Bolsonaro disse estar "cada vez mais apaixonado" por Trump, ao comentar os elogios do americano à indicação de seu filho Eduardo como embaixador nos EUA.

Disse ainda que Ross o alertou para "armadilhas" no acordo Mercosul-União Europeia que possam inviabilizar o entendimento com os EUA. O brasileiro disse que deve haver preocupação. "A gente parte do princípio de que não há [armadilhas]."

O que é visto nos bastidores como "dor de cotovelo" dos americanos em relação aos europeus foi amenizado por Guedes. Ele afirmou que, após décadas fora dos grandes acordos comerciais, o Brasil voltou a campo. "Negociamos com a União Europeia e agora os americanos querem uma conversa."

"Combinamos de nos engajar em ambas possibilidades: um acordo com tarifas, envolvendo o Mercosul, e um bilateral, sem envolver tarifas", disse o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo.

O secretário informou que, na condição de presidente temporário do Mercosul, o Brasil vai procurar os demais sócios (Argentina, Paraguai e Uruguai) para estabelecer um cronograma de diálogo com os EUA. "Mas não vamos deixar de negociar individualmente." Troyjo ressaltou que a intenção é trabalhar pelo objetivo mais ambicioso.

O momento é favorável, explicou. Há um alinhamento entre Bolsonaro, Trump, e o presidente da Argentina, Mauricio Macri, a favor de um acordo. Além disso, a Casa Branca detém uma autorização do Congresso para negociar tarifas de comércio com blocos de países, chamado Trade Promotion Authority (TPA). Esse aval expira em junho de 2021.

O **Valor** apurou que a cautela quanto ao alcance do acordo se deve a incertezas no campo político. Há eleições neste ano no país vizinho e em 2020 nos EUA.

Guedes admitiu que há alguns "quiproquós" na relação entre Brasil e Estados Unidos. Por exemplo, o etanol. As usinas brasileiras, observou o ministro, podem produzir açúcar ou álcool. "A gente pode abrir para eles entrarem com o etanol, mas aí precisaremos colocar nosso açúcar lá", afirmou. "Está se falando em cota de açúcar e tudo isso."

Hoje, o Brasil importa 600 mil toneladas anuais de etanol com tarifa zero. A cota expira em setembro. Ainda não está definido se ela será prorrogada ou substituída.

Outro ponto de tensão é o trigo. Em março passado, ficou acertada a abertura de uma cota de 750 mil toneladas por ano. A medida ainda não está implementada.

O ministro destacou que essas questões são menores, diante dos ganhos de um acordo abrangente. A relação com os EUA pode adquirir a dimensão de uma aliança estratégica.

Para além do comércio, o presidente americano fala em uma Organização do Tratado do Atlântico, em vez de Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ross, por sua vez, destacou na conversa com Guedes outro exemplo de integração: a fusão de Boeing e Embraer.

Pelo lado brasileiro, a principal reivindicação era o apoio dos EUA à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também na visita em março, o apoio foi prometido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Folhapress, de São Paulo

Título: Petrobras reajusta diesel e gasolina após três meses

A Petrobras anunciou que a partir de hoje os preços da gasolina e do diesel serão reajustados, com aumento no valor praticado nos dois combustíveis nas refinarias da estatal.

A gasolina terá um reajuste médio de R\$ 0,0658 por litro, enquanto o aumento no óleo diesel será de R\$ 0,0757 por litro, de acordo com a estatal.

Com isso, o preço médio da gasolina vai passar de R\$ 1,6457 para R\$ 1,7115 (aumento de 3,99%). O reajuste no combustível é o primeiro em três meses.

Já o diesel foi de R\$ 2,0205 para R\$ 2,0962 (3,74%), também a primeira alta em três meses.

Os preços consideram valores à vista, sem encargos e sem tributos, praticados nas modalidades de venda padrão nos diversos locais de entrega, de acordo com a Petrobras.

"Nossa política de preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuária", informa em nota a direção da petroleira.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Carla Araújo | De Brasília****Título: Presidente quer negociação justa por energia de Itaipu**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o Brasil procurará uma saída justa para as negociações com Paraguai em relação ao acordo de Itaipu. Ele saiu em defesa do presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, lembrando que seu aliado corre risco de enfrentar um processo de impeachment.

O Tratado de Itaipu define em partes iguais a divisão da energia da hidrelétrica. Os paraguaios, porém, consomem apenas fração a que têm direito e vendem o restante ao Brasil. No dia 24 de maio um acordo assinado pelos dois países, que veio a público recentemente, gerou uma crise, com demissões na cúpula do governo paraguaio, por uma diferença de aproximadamente US\$ 250 milhões entre o volume "declarado" de compra pelo Paraguai e o que é efetivamente consumido pelo país vizinho.

A intenção do governo paraguaio é cancelar o acordo. Uma nova rodada de conversas deve ocorrer amanhã, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

O porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou ontem que o Brasil está aberto à negociação, inclusive com a possibilidade de revogar o ato. "O Brasil está aberto à discussão dos termos do acordo visando benefícios de ambos os países", disse complementando que a discussão pode, inclusive, culminar com uma "eventual denúncia do acordo", disse.

Bolsonaro afirmou também que já passou suas orientações ao diretor-geral brasileiro de Itaipu, Joaquim Silva e Luna.

"Você sabe como é que funciona, lá é muito rápido o impeachment. Ontem [terça-feira] eu conversei com o Silva e Luna, o presidente da parte brasileira de Itaipu. Estamos resolvendo esse assunto. Pode deixar que com toda a certeza o Marito vai ser reconhecido pelo bom trabalho que está fazendo no Paraguai", disse Bolsonaro.

Ao **Valor** PRO Silva e Luna, disse que o impasse vai ser discutido em algumas esferas e reiterou que a intenção do governo brasileiro é buscar uma saída justa e a "melhor solução possível".

"Está na esfera diplomática, deve retornar à técnica e vamos encontrar uma melhor solução, justa para os dois países", declarou. Segundo ele, depois da reunião de diplomatas, a previsão é que o impasse chegue aos grupos técnicos da hidrelétrica para então se chegar a um consenso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Nova York

Título: Italiana Enel vai priorizar distribuição e eficiência

Passado um ano da incorporação da Eletropaulo (hoje Enel São Paulo) às suas operações, a italiana Enel, agora a maior distribuidora de energia do Brasil, pretende concentrar seus investimentos no setor de distribuição e nas oportunidades relacionadas à eficiência, serviços e novas tecnologias, com seu braço Enel X.

Executivos da Enel Americas, que é o braço de geração convencional e distribuição de energia da gigante italiana no Brasil, Peru, Argentina e Colômbia, estiveram ontem na Bolsa de Nova York (Nyse) para celebrar, em um evento com investidores, os 25 anos de listagem da companhia.

A companhia anunciou a conclusão da primeira fase de um aumento de capital de US\$ 2,95 bilhões, que vai possibilitar pagamento do empréstimo tomado para a aquisição da Eletropaulo, além de encerrar algumas pendências da distribuidora, como o déficit atuarial do seu fundo de pensão. "Com essa possibilidade poderemos seguir crescendo, organicamente ou inorganicamente, olhando oportunidades em fusões e aquisições em distribuição e geração", disse Maurizio Bezzeccheri, presidente da Enel Americas.

A Enel X, braço de inovação e serviços da Enel Americas, deve ser destaque nessa nova fase de crescimento. "Estamos mudando totalmente os paradigmas do setor de distribuição de energia", afirmou, referindo-se aos serviços e inovações buscadas pela Enel X. Foi de olho nessas oportunidades que a italiana encarou a briga pelo controle da Eletropaulo no ano passado. A companhia é a maior concessionária de distribuição de energia da América Latina e oferece um mercado promissor no desenvolvimento de novas tecnologias.

A Enel Americas avalia participar, por exemplo, de parcerias público-privadas (PPPs) de iluminação pública em todo o país, a fim de empregar a tecnologia desenvolvida pela empresa para cidades inteligentes, e olha com atenção o mercado de mobilidade elétrica de São Paulo. "Estamos olhando também a possibilidade de usar baterias para estabilizar o grid", disse. Com expansão de fontes intermitentes e projetos de geração distribuída, serão necessárias iniciativas como essa para evitar problemas de instabilidade em redes de distribuição de energia.

A Enel X pretende levar, ainda, para a região metropolitana da capital paulista iniciativas como os cartões de crédito para consumidores, inclusive cartões pré-pagos. Há, ainda, seguros atrelados à conta de luz, que já são oferecidos em outros Estados, como de vida, residencial, educação e internação hospitalar.

Questionado pelo **Valor** se há interesse na aquisição de ativos de distribuição à venda como a Light ou a CEB (estatal de Brasília), Bezzeccheri não respondeu.

No Brasil, o Grupo Enel, por meio de suas subsidiárias Enel Green Power Brasil (EGPB) e Enel Brasil, possui capacidade instalada total de renováveis de cerca de 2,4 gigawatt (GW), dos quais 782 megawatts (MW) de energia eólica, 370 MW de energia solar fotovoltaica e 1.269 MW de energia hídrica. Além disso, a EGPB possui cerca de 1,9 GW de projetos eólicos e solares em execução. Em distribuição, a Enel tem as concessões Enel São Paulo, Enel Goiás (antiga Celg D), Enel Rio (antiga Ampla) e Enel Ceará (antiga Coelce).

A Enel Americas teve lucro líquido de US\$ 544 milhões nos primeiros seis meses deste ano, aumento de 35,2% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. A receita cresceu 23,3%, para US\$ 7,3 bilhões. O Ebitda somou R\$ 2,07 bilhões, alta de 25,3%. Segundo a companhia, o crescimento se deu por conta da incorporação da Enel São Paulo, dos melhores resultados da Enel Goiás e também por conta de um acordo fechado com o governo da Argentina.

A repórter viajou a convite da Enel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: Retomada da economia virá só em março de 2020, afirma Steinbruch

A retomada da economia brasileira virá mais tarde do que o esperado, avalia o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch. Para

ele, uma recuperação da demanda interna no país ocorrerá só a partir de março de 2020.

"O mercado interno não está fácil, a esperada retomada da economia não veio. Nós estávamos otimistas em relação a essa recuperação; ela infelizmente vai se dar mais tarde", disse, em teleconferência sobre os resultados do segundo trimestre da CSN.

O executivo também afirmou que a demora do governo para aprovar reformas e adotar medidas econômicas importantes fez com que a retomada da demanda interna, esboçada no início de 2019, voltasse a perder ritmo.

"Assim como todos, tivemos resultados bons em janeiro, fevereiro e março, mas, a partir de abril, a economia voltou a esfriar em função da demora na aprovação das reformas e também das medidas econômicas que poderiam ter sido tomadas pelo governo e que não foram, em termos de ajuda na recuperação de emprego e de consumo", disse.

Apesar das críticas, a perspectiva para a própria empresa são positivas. Após registrar um salto de 50,4% em seu lucro líquido no segundo trimestre em relação a igual período de 2018, Steinbruch diz prever um desempenho melhor ainda na segunda metade do ano. "Não se surpreendam se no quarto trimestre, [a companhia] apresentar resultados bastante agressivos", disse.

Na siderurgia, a expectativa é que a receita da companhia cresça a partir de setembro, devido à reativação de um alto-forno em Volta Redonda (RJ), paralisado para reforma. "Nosso problema pontual não é mercado que está ruim, é custo, em função da parada do alto-forno. Foi muito mais difícil do que imaginávamos e com custo muito maior. Mas, a partir de setembro, esse forno voltará melhor em termos de produtividade, margem e qualidade", afirmou.

No setor de mineração, ele também vê espaço para ampliar o faturamento, que deverá continuar acompanhando a curva de crescimento dos preços do minério de ferro. "Esperamos uma melhora de quantidade, qualidade e, consequentemente, de preço no segundo semestre", afirmou.

O empresário explicou que os reajustes de preços do minério são aplicados com uma defasagem de três meses, o que garante a evolução no próximo trimestre, já que o valor continua em alta. A atividade também tem se beneficiado das condições climáticas favoráveis, já que a falta de chuvas facilita a operação, disse.

Steinbruch reafirmou, ainda, o compromisso da CSN em reduzir sua alavancagem (relação entre a dívida líquida e o Ebitda). A taxa, que era de 5,34 vezes no segundo trimestre de 2018, caiu para 3,65 vezes em junho deste ano.

A meta do grupo é chegar ao fim do ano com menos de R\$ 20 bilhões de endividamento, mas a projeção realista é que o indicador fique abaixo dos R\$ 23,5 bilhões. No fim de junho, a dívida líquida da CSN registrava de R\$ 26,64 bilhões.

Uma das medidas para reduzir o endividamento, a venda de sua operação na Alemanha - a Stahlwerk Thüringen (SWT), produtora de aços longos - foi alvo de questionamentos por analistas na teleconferência. Os executivos afirmaram que seguem comprometidos com a operação, que ainda não se concretizou porque a empresa tem sido exigente em relação ao preço oferecido pelos compradores e não quer queimar bons ativos.

A mesma lógica de cautela e alta exigência de preços está sendo aplicada na operação de vendas antecipadas de minério (chama de "streaming"), outra operação aguardada pelo mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Nova York

Título: Problemas em Goiás preocupam grupo Enel

Os problemas políticos relacionados à concessão de distribuição de energia de Goiás podem afastar novos investimentos da italiana Enel na região, indicou Maurizio Bezzeccheri, presidente da Enel Americas, que é controladora da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg D).

Na terça-feira, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), disse, em suas redes sociais, ter ouvido do governo de Jair Bolsonaro que a concessão da distribuidora poderia ser cassada, devido aos embates entre o governo e a concessionária.

A Enel rebateu a informação e disse não ter sido notificada nem pelo governo nem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre sua concessão, e destacou que tem investido em média 3,5 vezes mais na distribuidora, desde que assumiu, em relação ao que era aportado pelo governo antes de concessionária ser privatizada.

O cerne da questão está em uma lei aprovada no início do ano pela assembleia legislativa goiana e sancionada pelo governador, que determinou que a Enel será obrigada a arcar com dívidas administrativas e judiciais da empresa geradas

entre 2012 e 2015, quando ela ainda era estatal. Até então, estava vigente uma lei que determinava que esse passivo seria bancado por um fundo criado pelo governo estadual, fruto do acordo de gestão compartilhada firmado entre a Eletrobras e o governo goiano em 2012.

A Enel foi à Justiça e obteve uma decisão favorável na briga, que ainda deve seguir para outras instâncias. A criação desse fundo, que é pago por impostos, foi uma condição para que a privatização da Celg fosse bem sucedida. "Todos os negócios precisam ser confiáveis e estáveis, precisamos de um cenário legal e regulatório estável", disse Bezzecheri.

Neste momento, apesar da agenda contra a privatização da distribuidora de energia, o governo goiano estuda a privatização da Celg Geração e Transmissão (Celg GT) nos próximos anos. A Enel tem uma hidrelétrica na divisa entre Goiás e Minas Gerais (a usina Cachoeira Dourada) e, por causa da distribuidora, é vista pelo mercado como uma candidata natural a arrematar a estatal em um eventual leilão.

Questionado sobre o assunto, Bezzecheri afirmou que "primeiramente temos de resolver as questões relacionadas à distribuidora". Enquanto isso, a companhia não vê outros investimentos em Goiás.

"A estabilidade das regras do jogo é fundamental para investimentos", disse Bezzecheri. Crises como a de Goiás, segundo ele, precisam ser vistas com cuidado. "Às vezes, considerações políticas de curto prazo não se dão conta das consequências e dos danos no longo prazo", afirmou.

O presidente da Enel Americas participou, ontem, na Bolsa de Nova York (Nyse) de evento para celebrar os 25 anos de listagem da companhia.

A repórter viajou a convite da Enel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: Venda da TAG puxa lucro da Petrobras para cima

A Petrobras deve reportar hoje, após o fechamento do mercado, os resultados financeiros do segundo trimestre com números impulsionados por seu programa de desinvestimentos. A expectativa é que os R\$ 31,5 bilhões levantados com a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) para a Engie alavanquem o balanço da petroleira e ajudem a compensar os efeitos da queda de produção e da venda de derivados no trimestre.

O Santander estima que a venda da TAG ajude a elevar o lucro líquido da estatal para cerca de R\$ 22,3 bilhões, enquanto o Credit Suisse projeta um lucro de R\$ 21,8 bilhões, puxado "substancialmente" pelos desinvestimentos. Para efeitos de comparação, os ganhos da companhia totalizaram R\$ 10,072 bilhões no segundo trimestre de 2018 e R\$ 4,031 bilhões no primeiro trimestre deste ano.

Não só a alienação da transportadora de gás contribuirá para os resultados da Petrobras. Outros efeitos não recorrentes devem ser contabilizados no balanço do segundo trimestre, como a conclusão da venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, para a Chevron, no valor de US\$ 467 milhões (cerca de R\$ 1,8 bilhão).

A assinatura dos acordos com a Petronas - para a venda do campo de Tartaruga Verde e do módulo III de Espadarte - e com a Petrorecôncavo - para venda de 34 campos terrestres no Rio Grande do Norte - garantiu, em abril, a entrada imediata de US\$ 287,5 milhões (cerca de R\$ 1 bilhão) no caixa. O restante das parcelas (US\$ 1,39 bilhão) ainda depende da conclusão dos dois negócios.

Fora isso, os resultados do segundo trimestre também devem incorporar os R\$ 265 milhões recebidos da Braskem, em decorrência de acordo de leniência celebrado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Do lado negativo, a Petrobras pagou, em junho, US\$ 700 milhões relacionados à arbitragem movida, nos Estados Unidos, pela operadora de sondas Vantage.

O Credit Suisse prevê que, com o plano de vendas concluídos, a Petrobras consiga reduzir sua dívida líquida dos US\$ 68 bilhões registrados no primeiro trimestre para US\$ 59 bilhões.

Entre os fatores recorrentes, a previsão é que as receitas líquidas recuem no período, puxadas pelo desempenho operacional mais fraco e pelos preços mais baixos para o barril do petróleo, na comparação anual. O Credit espera uma queda de 4% nas receitas, ante igual período do ano passado, enquanto Santander estima uma redução de 1% e o UBS, um recuo de 0,7%. Já para o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), as perspectivas são de crescimento, segundo projeções das mesmas instituições.

Conforme relatório divulgado na última semana, a Petrobras fechou o segundo trimestre com uma queda de 1% em sua produção total de óleo e gás, ante igual período do ano passado. Ao todo, a empresa produziu, em média, 2,633 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) entre abril e junho.

Apesar do aumento gradual da produção das plataformas que entraram em operação desde o ano passado nos campos de Búzios (P-74, P-75, P-76 e P-77) e Lula (P-67 e P-69), no pré-sal da Bacia de Santos, os dados operacionais foram impactados pelos desinvestimentos feitos ao longo dos últimos 12 meses, pelas paradas de manutenção e pelo declínio de produção dos campos do pós-sal. A queda operacional fez a companhia, inclusive, rever sua meta de produção para este ano, dos 2,8 milhões de BOE/dia inicialmente projetados para 2,7 milhões de BOE/dia.

As vendas de derivados da Petrobras também recuaram no segundo trimestre. As refinarias da estatal comercializaram, em média, 1,745 milhão de barris/dia entre abril e junho, o que representa uma retração de 2,6% frente a igual período de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Petroleira pagará R\$ 815 milhões por perdas com parada do Comperj

A Petrobras deve assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de R\$ 815 milhões com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e com o governo do Estado. Os recursos do TAC têm como objetivo compensar parte de perdas sociais e ambientais no Estado, devido à paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio, informou a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

As informações do TAC foram debatidas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a crise fiscal fluminense. Procurado, o MPRJ informou que a assinatura do TAC está prevista para 9 de agosto. Até ontem, o governo estadual não havia se pronunciado sobre o tema e a Petrobras, por sua vez, informou que não comenta o assunto.

De acordo com informações da assembleia, o TAC prevê investimentos em mobilidade urbana, habitação e saneamento básico nas cidades de São Gonçalo e Itaboraí. Ainda segundo informações da Alerj, o MPRJ prevê a celebração de cinco termos de ajustamento de conduta para garantir as compensações

ambientais relacionadas ao Comperj. Esse seria apenas o primeiro acordo, no qual foram delineadas as compensações para São Gonçalo e Itaboraí.

As principais cláusulas do acordo, segundo informações da assembleia, seriam: investimento de R\$ 330 milhões em reflorestamento; investimentos em esgoto sanitário de R\$ 60 milhões para Itaboraí e R\$ 10 milhões para São Gonçalo; apoio financeiro para o plano municipal de mobilidade urbana de R\$ 1 milhão para Itaboraí e R\$ 500 mil para São Gonçalo; e apoio financeiro para o plano municipal de habitação no valor de R\$ 500 mil para Itaboraí e de R\$ 250 mil para São Gonçalo.

A assembleia detalhou, ainda, que, por orientação do MPRJ, as cláusulas do acordo deverão ser integralmente cumpridas até dezembro de 2021. Segundo informações fornecidas pela Petrobras antes da assinatura do TAC, estão sendo realizadas obras de construção da unidade de processamento de gás natural no Comperj.

Em junho, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, confirmou, em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que a companhia estuda construir uma termelétrica a gás no Comperj. Ele afirmou, ainda, que deve concluir em setembro o estudo para viabilidade de associação com a chinesa CNPC, para conclusão das obras da refinaria do complexo, paradas desde 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale faz provisão adicional de R\$ 5,3 bi para Brumadinho no 2º trimestre

A Vale anunciou ontem mais uma provisão contábil para fazer frente aos compromissos da tragédia de Brumadinho (MG). A mineradora provisionou R\$ 5,3 bilhões no segundo trimestre do ano. A medida foi determinante para que a empresa registrasse prejuízo de R\$ 384 milhões no período. No acumulado do primeiro semestre de 2019, as provisões e despesas da Vale com Brumadinho somam R\$ 23,2 bilhões.

Apesar do prejuízo, a companhia foi favorecida pelos altos preços do minério de ferro, e registrou receita líquida de R\$ 36 bilhões, alta de 15,28% sobre o segundo trimestre do ano passado. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou em R\$ 12,2 bilhões no segundo

trimestre, queda de 13,29% sobre o segundo trimestre de 2018. O Ebitda sofreu os efeitos negativos dos impactos financeiros da ruptura da barragem de Córrego de Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro.

Em mensagem no relatório da administração, o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, disse que o segundo trimestre do ano foi um período de transição para o negócio da Vale, com o rompimento da barragem de Brumadinho ainda impactando volumes, custos e despesas. "Entretanto, nossa resposta começou a dar frutos para garantir a segurança das pessoas e das operações da companhia, bem como para reduzir incertezas e entregar resultados sustentáveis com um portfólio de produtos de alta qualidade, que já serão refletidos no próximo trimestre", disse Bartolomeo na mensagem do relatório.

A maior parte das provisões feitas pela Vale no segundo trimestre se referem a medidas ambientais e acordos relacionados ao tema, no montante de R\$ 4,5 bilhões. Houve ainda provisão para a desativação de pequenas estruturas do sistema de produção (R\$ 378 milhões) e revisão de provisão referente a acordos com autoridades, incluindo a compensação por danos morais coletivos. Essa compensação faz parte dos termos e condições definidos recentemente em acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), e exigiu R\$ 331 milhões em provisão no segundo trimestre. Além disso, a Vale registrou R\$ 621 milhões em despesas de reparação em andamento, segundo a empresa.

A Vale teve ainda no segundo trimestre um aumento de custos em relação ao período janeiro-março deste ano devido ao maior custo da produção de minério de ferro até o porto, o chamado custo caixa C1. Esse custo foi de US\$ 17,6 por tonelada entre abril e junho, US\$ 3,6 por tonelada acima do primeiro trimestre do ano. Esse aumento foi motivado em boa medida pela demora ("demurrage") de embarque de minério de ferro em navios no terminal da empresa em Ponta da Madeira, no Maranhão.

O preço realizado pela empresa para os finos de minério de ferro, seu principal produto, alcançou, por sua vez, US\$ 94,6 por tonelada no segundo trimestre, com alta de 50,8% em relação ao mesmo período de 2018, quando ficou em US\$ 62,7 por tonelada.

A Vale também registrou redução do endividamento. A dívida líquida ficou em US\$ 9,7 bilhões em 30 de junho deste ano, US\$ 2,3 bilhões a menos em relação a 31 de março de 2019. Segundo a companhia, o prazo médio da dívida

aumentou para 8,37 anos ao fim do primeiro semestre (era de 7,96 anos em 31 de março).

No balanço das ações de Brumadinho até agora, a Vale disse ter assinado 15 acordos com entidades federais, estaduais e municipais. Afirmou ainda ter avançado em acordos preliminares com autoridades, ao pagar 104.686 indenizações emergenciais. Foram assinados também 263 acordos trabalhistas, além de 188 acordos individuais de indenização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / RIO Fernanda Guimarães / SÃO PAULO

Título: Despesas com Brumadinho levam Vale a novo prejuízo

Empresa teve perdas de R\$ 384 milhões de abril a junho; no 1º trimestre, resultado negativo havia sido de R\$ 6,4 bilhões

Seis meses após a tragédia de Brumadinho, a Vale divulgou ontem um prejuízo de R\$ 384 milhões no segundo trimestre devido a provisões adicionais para as perdas com a tragédia do município mineiro. As perdas de abril a junho reverteram um lucro de R\$ 306 milhões no mesmo período de 2018. No primeiro trimestre, a mineradora também havia ficado no vermelho, com prejuízo de R\$ 6,4 bilhões. A receita, entretanto, foi impulsionada pela alta no preços do minério. Em seu balanço do segundo trimestre de 2019, a Vale fez provisões adicionais para as perdas relativas ao rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O montante para o desastre, que deixou 248 mortos e 22 desaparecidos, foi de R\$ 5,3 bilhões no trimestre. Ao todo já são R\$ 23,2 bilhões entre provisões e despesas relativas à tragédia. A auditoria que assina o demonstrativo financeiro da Vale, a PwC, destaca que os valores da provisão poderão ser revistos e ajustados de "forma significativa" no futuro. Apesar do prejuízo, a receita líquida de vendas da Vale foi 15,3% maior na comparação anual. A mineradora faturou R\$ 36 bilhões entre abril e junho, beneficiada pela alta dos preços globais do minério de ferro, impulsionados justamente pela redução da oferta global da commodity em decorrência do episódio em Minas Gerais.

A Vale também teve maior volume de vendas. Em 2019, o preço do minério de ferro acumula alta de 61,08%. Na véspera do rompimento da barragem, em 25 de janeiro, a commodity era cotada a US\$ 71,46 por tonelada. Ontem, fechou negociada a US\$ 117,15 a tonelada. No pregão seguinte ao desastre, a Vale

perdeu R\$ 71 bilhões em valor de mercado, que caiu a R\$ 217 bilhões. Ontem, o valor de mercado era de R\$ 257 bilhões.

Investimentos. Os investimentos da Vale no segundo trimestre somaram US\$ 730 milhões, alta de 3% em relação ao mesmo período de 2018. Do total, US\$ 130 milhões foram destinados à execução de projetos e US\$ 600 milhões a manutenções. A empresa diz que o investimento em barragens e pilhas de rejeitos foi ampliado no período, para US\$ 71 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/08/2019

Seção: Internacional

Autor: José María Hernández / EFE

Título: O labirinto de Mario Abdo Benítez

CENÁRIO

O acordo energético negociado pelo presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, com o Brasil foi interpretado pela oposição como uma entrega de soberania realizada de forma consciente pelo governo, que levou a uma falta de confiança da população em seu presidente. Nessas negociações, os técnicos da Ande (estatal paraguaia), que se opunham a ele, foram substituídos por representantes da chancelaria, liderados pelo embaixador paraguaio em Brasília, Hugo Saguier, que renunciou na segunda-feira. Outro agravante foi a reunião em que tudo foi decidido ter sido conhecida meses depois, revelada pelo presidente da Ande, Pedro Ferreira, após ele ter sido demitido na semana passada.

A oposição recorreu a essa "movimentação secreta" e a esse "entreguismo" da chancelaria para encurralar o governo com interpelações parlamentares, manifestações de rua e a ameaça mais temida de um presidente paraguaio: um julgamento político. O próprio presidente não foi muito sábio ao afirmar em um evento público que o Paraguai vinha se comportando como um país "malandro", por estar comprando energia excedente acima do que previa o contrato firmado com o Brasil. A declaração foi um gatilho para uma sociedade que já vinha denunciando os altos salários que recebem os funcionários paraguaios de Itaipu, o destino mais cobiçado pelos políticos alinhados ao governo da vez.

Além disso, o presidente é acusado de ter forjado um governo de cotas em resposta aos favores políticos adquiridos em sua campanha à presidência, que assumiu em 15 de agosto. A imagem se segue a outra já instalada no país: a de que o governo não está preparado para enfrentar as negociações decisivas de

2023 sobre o Anexo C do Tratado de Itaipu, relativo ao valor da energia que o Paraguai vende a preço de custo ao Brasil. Os mais otimistas asseguram que a crise é uma oportunidade para que Abdo Benítez endireite o curso até as negociações, com a nomeação de técnicos de todos os setores políticos.

É JORNALISTA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Julia Lindner Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Em meio a crise sobre Itaipu, oposição tenta impeachment de líder paraguaio

Sob pressão. Opositores decidem abrir processo para afastar Mario Abdo Benítez em razão de acordo firmado em maio com governo brasileiro, pelo qual paraguaios pagariam mais por energia; Bolsonaro aceita rever pacto para evitar destituição de um aliado

Forças de oposição paraguaia, incluindo a maior delas, o Partido Liberal, decidiram ontem começar um processo de impeachment contra o presidente Mario Abdo Benítez e seu vice, em razão de um acordo firmado em maio sobre Itaipu com o atual governo brasileiro. O partido Honra Colorada anunciou seu apoio à iniciativa, o que daria à oposição votos necessários em ambas as Câmaras para afastar o líder paraguaio, segundo o jornal paraguaio ABC Color. "A iniciativa tem relação precisamente com a traição à pátria e isso significa mau desempenho de suas funções nos termos da Constituição como motivo de julgamento político", disse ao jornal ABC Color Efraín Alegre, presidente do Partido Liberal, derrotado por Benítez na última eleição.

Iniciado na Câmara, o processo deve ser consumado pelo Senado – a destituição exigiria dois terços dos votos dos 45 senadores. Preocupado com o futuro político de um aliado, o presidente Jair Bolsonaro prometeu ontem ajudar o governo do Paraguai a superar a crise política. Segundo o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, o Brasil avalia rever o pacto, que obrigaria os paraguaios a pagar mais pela energia. "O presidente Jair Bolsonaro comentou sua intenção de estar aberto a essa discussão, inclusive em uma eventual denúncia (rescisão) do acordo", disse o porta-voz. Assessores teriam aconselhado Bolsonaro a deixar os paraguaios tomar a iniciativa. O acordo entre os dois países – feito em maio, mas revelado apenas na semana passada – colocou Benítez sob risco de destituição.

"Você sabe como é que funciona, lá é muito rápido o impeachment", avaliou Bolsonaro. A declaração do presidente é referência ao processo que culminou no afastamento de Fernando Lugo, em 2012, e na crise política que atingiu o final do governo de Horacio Cartes, em 2017. Ontem, o vice-presidente paraguaio, Hugo Velázquez, tornou-se o foco das críticas em seu país, após uma reportagem do ABC Color colocá-lo como personagem central na última negociação. A publicação ouviu o advogado José Rodríguez González, que afirmou trabalhar como assessor jurídico do vice-presidente. Segundo o jornal, o advogado admitiu ter mediado negócios entre a estatal de energia Ande em nome da empresa brasileira Léros Comercializadora.

Ainda segundo González, a empresa com sede em São Paulo teria ligação com a família Bolsonaro. Questionado pelo Estado sobre esse possível nexos, o Palácio do Planalto não se pronunciou. Procurada por e-mail e telefone, a Léros não respondeu. A crise aberta pela assinatura do acordo já resultou na renúncia do chanceler paraguaio, Luis Alberto Castiglioni, do embaixador do Paraguai no Brasil, Hugo Saguier, e do presidente da Ande, Alcides Jiménez. Ontem, foi a vez da secretária de Prevenção de Lavagem de Dinheiro ou Bens do Paraguai, María Epifania González, renunciar. María Epifania deixou o cargo após ser divulgada a notícia de que seu filho, o advogado José Rodríguez González, teria interferido na reunião com empresários brasileiros para que fosse retirada do acordo uma cláusula que dizia que o Paraguai poderia comercializar livremente sua energia excedente.

Bolsonaro destacou ontem o bom relacionamento com Abdo Benítez. "Nosso relacionamento com o Paraguai é excepcional, excelente. E estamos dispostos a fazer justiça nesta questão de Itaipu Binacional que lá é importantíssimo para o Paraguai e muito importante para nós também." Questionado por jornalistas se o Brasil vai ceder em relação ao acordo para ajudar Benítez, Bolsonaro rejeitou o uso do termo. "Não é questão de ceder. Qual o acordo lá atrás, não é meio a meio? A princípio é por aí. Algumas pequenas derivações, a gente acerta aí", declarou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Brasil e EUA estão em negociações oficiais, diz Guedes

Para governo, visita de secretário do Comércio americano seria primeiro passo para acordo de livre-comércio entre os dois países

O governo brasileiro considerou a visita do secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, o primeiro passo nas negociações para um acordo de livre-comércio entre os dois países. "Estamos oficialmente começando as negociações com os Estados Unidos", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, após se reunir ontem com funcionário do governo americano. O encontro coincide com as declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, feitas na terça-feira, de que vai trabalhar por um acordo com o Brasil. Qualquer redução de tarifas, no entanto, tem de ser feita no âmbito do Mercosul e depende de acordo com os países do bloco.

Ontem, Guedes fez questão de lembrar que conhece Ross "há mais de dez anos" e afirmou que a proximidade entre os presidentes Bolsonaro e Trump é "um convite à aproximação comercial". "O Brasil está procurando se integrar à economia mundial. Ficamos décadas fora de grandes acordos", afirmou. Depois de se reunir com empresários em São Paulo, Ross encontrou-se com o presidente Jair Bolsonaro e Guedes, no Planalto, e teve uma segunda reunião com o ministro brasileiro e seus secretários no Ministério da Economia. Nos encontros, foram discutidos temas como o compromisso já assumido com os Estados Unidos de adotar cota de 750 mil toneladas por ano para a importação de trigo sem tarifas e a renovação de uma cota de 600 mil toneladas para etanol, que expira em setembro.

As duas questões devem ser resolvidas no segundo semestre. Pelo lado brasileiro, a intenção, exposta no encontro, é negociar contrapartidas como o aumento da importação de açúcar e autopeças pelos americanos. "Os Estados Unidos têm interesse em trazer etanol e nós temos tecnologia flexível aqui. Para eles entrarem com etanol aqui, temos de colocar açúcar lá.", afirmou o ministro Paulo Guedes. Outros compromissos. Nenhum acordo, no entanto, foi fechado nesta visita. Enquanto ambiciona um entendimento mais abrangente com o governo de Donald Trump, o Brasil também vai trabalhar para desenrolar compromissos não tarifários que já vinham sendo negociados há anos e que agora devem ganhar velocidade, como acordos de investimentos, facilitação aduaneira e convergência regulatória.

"Combinamos com (o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur) Ross de nos engajar em ambas possibilidades", afirmou o secretário especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Marcos Troyjo. Ele ressaltou, no entanto, que é possível aproveitar a "vontade política" de Estados Unidos, Brasil e Argentina para fazer um acordo de livre-comércio caminhar. "Vamos nos reunir com o Mercosul e estabelecer um cronograma para o acordo. Já perdemos tempo demais na relação com os Estados Unidos, temos de partir para objetivo ambicioso", completou Troyjo.

Nesta quinta-feira, o secretário americano continua em Brasília e participa de um seminário de infraestrutura onde falará sobre a reconstrução da Venezuela e sobre a competitividade das Américas. União Europeia. Depois das declarações de Ross, de que é preciso ter cuidado com as "poison pills" (pílulas de veneno) que podem estar escondidas no acordo entre os blocos sul-americano e europeu, Paulo Guedes, disse que é possível conciliar o acordo firmado com a União Europeia com as negociações com os Estados Unidos.

O ministro disse que tanto nas negociações com a União Europeia quanto nas com os Estados Unidos existem produtores com interesse em proteger seus negócios e que questões como subsídios serão sempre questionadas. "Há interesses que podem ser contornados por acordo comercial." Segundo Guedes, o presidente americano, Donald Trump, está pensando em uma aliança estratégica para toda a América, e não apenas no âmbito do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bolsonaro afirma querer 'fazer justiça' em acordo sobre Itaipu

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou nesta quarta-feira (31) que seu governo está disposto a "fazer justiça" em meio às discussões sobre um acordo energético com o Paraguai sobre a usina de Itaipu.

"Nosso relacionamento com o Paraguai é excepcional. Estamos dispostos a fazer justiça nessa questão de Itaipu Binacional."

O país vizinho vem sofrendo pressão para alterar os termos de um acordo assinado com o Brasil em maio. O tema levou a uma crise política que já resultou na renúncia de quatro autoridades paraguaias.

Bolsonaro não deu detalhes de como o Brasil pretende proceder nas tratativas com o país vizinho.

Na visão de autoridades paraguaias, o acordo energético assinado com o Brasil, que traz diretrizes sobre a energia de Itaipu até 2022, seria prejudicial para o país e custaria ao governo US\$ 200 milhões.

Os países se preparam para negociar o futuro de Itaipu com um importante adendo ao tratado fundador da hidrelétrica, que expirará em 2023.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/08/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Saída honrosa

Painel

Numa tentativa de dar cabo à crise que já ameaça a estabilidade do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, a ata que estabeleceu novos termos para o acordo de concessão de energia da hidrelétrica Itaipu deve ser rescindida.

Vem sem medo

O Itamaraty vai discutir o assunto com os paraguaios na sexta (2). O governo brasileiro debateu opções nesta quarta (31) e a tese com mais adesões era a de propor que o Paraguai denuncie o acordo — termo formal para rescisão — com a garantia de que o Brasil não aplicará sanções.

Vai que é sua

O Paraguai chegou a pedir que o Brasil também denunciasse a ata assinada em maio, num gesto conjunto. Mas houve avaliação de que isso soaria como uma admissão de que o país agiu de má-fé. Houve forte reação da população paraguaia ao trato, chamado de "entreguista".

Muy amigo

Bolsonaro quer preservar o mandato de Benítez para manter um aliado na América do Sul, principalmente com o risco de revés na eleição argentina e vitória do candidato de Cristina Kirschner.

TIROTEIO

Antes tarde... Diante dos fatos, nem o mais crente de Chicago vê justificativa para manter o juro no patamar anterior

De Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda, sobre o corte na taxa básica de juros em meio à estagnação econômica e risco de recessão

com Julia Chaib e Guilherme Seto

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/08/2019****Seção: Mercado****Autor: Thiago Resende, Talita Fernandes e Daniel Carvalho****Título: Negociação de tratado com os EUA começou, afirma Guedes**

UE-Mercosul não atrapalha, diz ministro; Bolsonaro citou preocupação com impacto de tratativas entre os blocos

Brasília- Após encontro com o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, o ministro Paulo Guedes (Economia) anunciou nesta quarta-feira (31) que oficialmente foram iniciadas as negociações para um acordo comercial.

"O que era só um pensamento agora é o seguinte: já estamos oficialmente começando as negociações com os EUA."

Na terça-feira (30), em Washington, o presidente Donald Trump dissera, sem dar detalhes, que sua administração iria buscar um acordo comercial com o Brasil.

Guedes minimizou a preocupação de Ross, que, também na terça, afirmara que o acordo bilateral depende do desfecho entre Mercosul e União Européia. Os dois blocos concluíram as negociações em junho.

É possível conciliar acordos com o bloco europeu e com os americanos, avalia o ministro.

A preocupação de que possíveis armadilhas no acordo entre Mercosul e europeus atrapalhem tratativas comerciais com os americanos também foi externada nesta quarta por Jair Bolsonaro, que, assim como o ministro da Economia, se reuniu com o secretário de Comércio de Trump.

Segundo Guedes, o Brasil tomou uma decisão de elevar sua integração no mercado global, e, num momento de guerras comerciais, isso coloca o país numa posição de interesse internacional.

"O Brasil entrou em campo. Então, vieram os americanos também conversar."

O governo brasileiro informou que buscará um acordo ambicioso e que envolva alterações nas tarifas de transações internacionais.

Os americanos, por exemplo, querem aumentar as vendas de etanol para o Brasil.

Como contrapartida, Guedes citou que o Brasil pretende, então, aumentar as exportações de açúcar para os EUA. Assim, os empregos e a produção dos canaviais seriam mantidos ou até elevados.

Guedes também citou discussões para vendas de autopeças brasileiras e, em troca, os EUA poderiam ter mais mercado para trigo no Brasil.

Para um acordo que envolva tarifas comerciais, o Brasil precisaria do apoio do Mercosul.

Para um acordo sem mudanças nas tarifas, as tratativas seriam bilaterais e na área de facilitação de comércio, propriedade intelectual, telecomunicações e convergência de regulações.

Apesar de trabalhar nas duas frentes, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, deixou clara a intenção de fechar um tratado com mudanças nas tarifas comerciais.

Para ele, há um cenário positivo para essas negociações, já que os chefes de Estado do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina têm agendas e ideias semelhantes.

"Podemos aproveitar a vontade política e a convergência de propostas para fazer esse processo caminhar."

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Após Brumadinho, Vale tem segundo prejuízo seguido

Mineradora registrou perdas de R\$ 384 milhões de abril a junho deste ano, com provisões relacionadas à ruptura da barragem

A Vale registrou o segundo prejuízo trimestral seguido após o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais. A mineradora apresentou perdas de R\$ 384 milhões no segundo trimestre deste ano. Entre janeiro e março, a companhia teve prejuízo de R\$ 6,4 bilhões.

No segundo trimestre, a Vale fez provisões adicionais relacionadas à ruptura em Brumadinho, de R\$ 5,9 bilhões, além dos gastos de R\$ 993 milhões com o descomissionamento da barragem de Germano e de R\$ 1,477 bilhão com a

Fundação Renova, responsável pelos programas de reparação das áreas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Com o aumento do preço do minério de ferro, no entanto, a receita líquida da Vale chegou a R\$ 36 bilhões entre abril e junho, alta em relação aos R\$ 31,2 bilhões do segundo trimestre do ano passado.

A companhia disse que já começou a recuperar parte de sua produção, com a retomada das operações de Brucutu, em 22 de junho, e o retorno parcial do processamento a seco no complexo de Vargem Grande. Juntos, elevaram a capacidade de produção em 42 milhões de toneladas de minério por ano. "Quanto à produção de cerca de 50 milhões de toneladas por ano (Mtpa), atualmente interrompida, esperamos que 20 Mtpas com processamento a seco sejam gradualmente retomadas, começando no final deste ano, e que as restantes 30 Mtpas, que incluem processamento a úmido, tenham retorno estimado em dois ou três anos", disse em comunicado.

A dívida líquida totalizou US\$ 9,726 bilhões no fim de junho, menor que os US\$ 12,031 bilhões no fim de março. Segundo a Vale, a queda está associada às amortizações que foram feitas no período.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: MARTHA BECK E MANOEL VENTURA

Título: Enxugamento das estatais leva à redução de investimentos

Patamar cai de 19,7% em 2016 para 6,7% no primeiro trimestre deste ano, aponta estudo. Com menos funcionários, empresas ficam mais aptas à privatização

BRASÍLIA- As empresas estatais passaram por um processo de encolhimento nos últimos quatro anos, com redução do total de funcionários e reversão de um quadro de prejuízos, enxugamento que visa à privatização. Por outro lado, elas também estão investindo menos. Balanço elaborado pelo Ministério da Economia e obtido pelo GLOBO com exclusividade revela que os investimentos executados pelas empresas públicas caíram de 19,7% do orçamento das companhias no primeiro trimestre de 2016 para apenas 6,7% no mesmo período de 2019.

No grupo Petrobras, por exemplo, a queda do investimento foi de 21,6% para 6,7% no período, chegando a R\$ 6,9 bilhões no primeiro trimestre deste ano. No grupo Eletrobras, a taxa caiu de 15,6% para 8% entre 2016 e 2019, ficando em R\$ 400 milhões entre janeiro e março.

Essas são as duas principais empresas públicas do Brasil. A Petrobras está passando por um amplo processo de desinvestimento e venda de ativos. A Eletrobras também quer vender suas participações em empreendimentos e está na lista de privatizações que o governo pretende fazer.

— As empresas estavam muito alavancadas. Agora, estamos refluindo. Para passar por um novo ciclo de privatização, é importante que as estatais estejam mais eficientes — diz o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, Fernando Soares, reconhecendo que a consequência é a redução do orçamento de investimentos.

Segundo a economista Ele-na Landau, especialista em privatizações, essa retração nos investimentos não é necessariamente algo negativo. Mas ela destaca que as estatais ainda têm um endividamento muito elevado. Em 2015, por exemplo, era de R\$ 544 bilhões. No primeiro trimestre de 2019, chegou a R\$ 367 bilhões. A Petrobras, sozinha, deve R\$ 307 bilhões. O dólar mais barato também ajudou na redução, já que parte da dívida foi contraída no exterior.

MENOS EMPRESAS

O número total de estatais, hoje, é de 130. Em 2016, eram 154. De lá para cá, houve, por exemplo, a venda de distribuidoras de energia da Eletrobras. Só este ano, saíram da lista a Transportadora Associada de Gás (TAG), a BR Distribuidora, a Stratura, que faz parte do grupo BR, e a BBTur, que foi fechada.

O resultado líquido das empresas públicas teve um salto de R\$ 100 bilhões em quatro anos. Saiu de um rombo total de R\$ 32 bilhões em 2015 para um lucro de R\$ 71 bilhões no ano passado. Até mesmo as estatais dependentes do Tesouro Nacional tiveram resultado positivo no ano passado, segundo o balanço do governo. Essas empresas somaram R\$ 1,4 bilhão de lucro, contra um prejuízo de R\$ 2,6 bilhões no ano anterior.

E, com programas de demissão voluntária, o quadro de pessoal caiu de 554.834 para 492.460 entre 2014 e 2019. A maior queda foi nos Correios, seguidos por Banco do Brasil.

=====

Estados fecham proposta própria de reforma tributária

Texto alternativo exclui União da administração de novo tributo e prevê fundo de desenvolvimento

MARCELLO CORREA

marcello.correa@oglobo.com.br

BRASÍLIA

Secretários estaduais de Fazenda aprovaram ontem, por unanimidade, os pontos principais de uma proposta alternativa de reforma tributária, que será encaminhada ao Congresso. O texto se baseia no projeto que já está em tramitação na Câmara dos Deputados e substitui cinco impostos por apenas um, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os estados apoiam esse modelo, mas sugerem ajustes, como a previsão de que a União não participe da administração do novo tributo.

O projeto foi debatido durante reunião do Consefaz, comitê que reúne todos os secretários de Fazenda do país. O texto determina que o IBS seja administrado por estados e municípios, sem a participação da União. Na prática, o governo federal não poderia decidir, por exemplo, se quer aumentar a alíquota do imposto.

O IBS reúne cinco impostos: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. Os três primeiros são de competência federal, mas secretários de Fazenda estimam que mais da metade da arrecadação vem do ICMS. Por isso, defendem ter mais poder de decisão. A presença da União no comitê poderia desequilibrar essas forças, avaliam.

Outra novidade proposta pelos estados é a criação de dois fundos: um para compensar perdas que o novo sistema possa gerar a estados e outro para desenvolvimento regional, que substituiria a atual política de incentivos fiscais. Segundo o secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, presidente do Consefaz, dez estados seriam afetados pela medida.

"QUESTÃO ESTADUAL"

No primeiro semestre, governadores apoiaram a permanência dos estados na reforma da Previdência, mas esse ponto acabou não sendo aprovado na votação em primeiro turno da matéria na Câmara. Para o secretário de Fazenda de São Paulo e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, a expectativa é que não haja essa resistência com a mudança no sistema tributário:

—A reforma tributária com a participação dos estados é absolutamente fundamental, porque grande parte das distorções hoje se dá nos impostos estaduais, e a guerra fiscal é uma questão estadual.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/08/2019****Seção: O Mundo****Autor: GUSTAVO MAIA E JANAÍNA FIGUEIREDO****Título: Ajuda ao aliado**

Bolsonaro já cogita cancelar acordo que pôs presidente paraguaio na rota do impeachment

BRASÍLIA E RIO-O presidente Jair Bolsonaro já admite cancelar a ata diplomática assinada pelo Brasil e o Paraguai em maio, que deflagrou uma grave crise política no país vizinho e levou a uma ameaça de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez. No acordo, o governo paraguaio concordou em pagar mais pela energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

O porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, disse que o presidente tem sido atualizado sobre o assunto pelo chanceler Ernesto Araújo e pelo diretor-geral de Itaipu no Brasil, o general Joaquim Silva e Luna. Segundo Rêgo Barros, o Brasil está aberto à discussão dos termos do acordo. Rêgo Barros usou a expressão "denúncia", que em linguagem diplomática significa "rescisão".

— O presidente Bolsonaro me comentou há pouco a sua intenção de estar aberto a essa discussão, inclusive uma eventual denúncia do acordo, de se colocar em posição de dialogar profundamente para que (...) nós tenhamos a possibilidade de ajudar aquele país amigo sem, contudo, prejudicarmos a nossa sociedade — declarou Rêgo Barros.

IMPEACHMENT É ARTICULADO

Mais cedo, Bolsonaro já manifestara apoio a Abdo Benítez, ao ser questionado sobre a possibilidade de impeachment do aliado por causa da revelação dos termos da ata diplomática. No Paraguai, ficou a impressão de que o documento negociado em Brasília, já rejeitado pelo Senado do país, foi um acordo secreto prejudicial aos interesses nacionais. Ontem, a oposição anunciou ter decidido iniciar o processo de impeachment no Congresso.

— Você sabe como é que funciona, lá (no Paraguai) é muito rápido o impeachment. Ontem (anteontem), eu conversei com o [general Joaquim] Silva e Luna, o presidente da parte brasileira de Itaipu. Estamos resolvendo esse assunto. Pode deixar que com toda a certeza o Marito vai ser reconhecido pelo bom trabalho que está fazendo no Paraguai — declarou à tarde Bolsonaro a jornalistas, no Palácio do Planalto, referindo-se ao colega do país vizinho pelo apelido.

— E estamos dispostos a fazer justiça nesta questão de Itaipu Binacional, que láé importantíssima para o Paraguai e muito importante para nós também.

O acerto, considerado por autoridades e parlamentares paraguaios prejudicial ao país, foi divulgado ao público na semana passada. Ele decorre de pressões brasileiras para que o Paraguai passe a pagar mais pela energia que usa de Itaipu, responsável por 90% do abastecimento do país vizinho. Um dos pontos mais questionados pelos paraguaios se refere à redução do uso da chamada "energia excedente" de Itaipu. Desde 2007, o país tem preferência para receber essa energia, mais barata.

Para evitar o impeachment, Abdo Benítez, que não tem maioria no Congresso, demitiu as quatro autoridades que assinaram a ata de maio, incluindo o chanceler Luis Castiglioni e o embaixador no Brasil, Hugo Saguier. Antonio Rivas, que era vice-chanceler, assumiu ontem no lugar de Castiglioni e estará à frente da comitiva que se reunirá com autoridades em Brasília amanhã. Segundo Rivas, o Paraguai pediu o encontro na tentativa de resolver o impasse. O novo chanceler quer deixar sem efeito a ata de maio e encarregar técnicos da distribuidora paraguaia Ande e da Eletrobras de um novo acordo.

Acerto é considerado por autoridades do Paraguai prejudicial ao país. Acrise, no entanto, se ampliou ontem no Paraguai, atingindo também o vice-presidente Hugo Velázquez, que foi alvo de acusações e pediu uma sessão extraordinária no Congresso para dar explicações. Líderes da oposição, como o liberal Efraim Alegre, já articulam o julgamento político do presidente e agora também do vice. A oposição apresentará hoje uma denúncia penal contra envolvidos no caso.

A razão do agravamento da crise foram declarações do advogado José Rodríguez González, que disse ter atuado como assessor do vice-presidente nas negociações com o Brasil. Ele disse à imprensa local que, por orientação de Velázquez, pediu a retirada de um dos pontos que seriam incluídos na ata firmada em maio, em Brasília, para supostamente garantir o sucesso de uma operação envolvendo o grupo brasileiro Leros, que passaria a comprar energia da Ande.

Este ponto da ata — que supostamente mencionaria um acordo de 2009, nunca regulamentado, pelo qual o Paraguai poderia vender parte de sua energia de Itaipu no mercado livre (direto ao consumidor) brasileiro, o que hoje é vetado — teria sido tirado para não atrair concorrentes.

No Congresso, o vice-presidente paraguaio negou que Rodríguez fosse seu assessor jurídico, e disse que pediu que Pedro Ferreira, então presidente da Ande, recebesse o advogado na qualidade de representante de um grupo de

empresas brasileiras interessadas em comprar energia paraguaia. Velázquez afirmou que essas conversas não tiveram nada a ver com a ata assinada pelos dois governos em maio.

DIVERGÊNCIAS SOBRE VENDA

O vice informou ainda que o processo de venda de energia de Itaipu a empresas privadas começou em junho, quando foram convocadas companhias "nacionais e internacionais" interessadas.

Há divergências entre brasileiros e paraguaios — e entre os próprios paraguaios — sobre a possibilidade dessa venda no mercado livre. Alguns defendem que o acordo selado pelos presidentes Fernando Lugo e Luiz Inácio Lula da Silva em 2009 permitiria a venda pelo Paraguai. Já fontes paraguaias de Itaipu disseram que a legislação brasileira exige que, antes de o Paraguai poder vender livremente a energia que não consome, todas as dívidas da hidrelétrica sejam saldadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: ELIANE OLIVEIRA E GUSTAVO MAIA

Título: Guedes diz que país já está negociando acordo com os EUA

Americanos buscam vender etanol de milho. Brasil quer exportar açúcar

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que as negociações entre Brasil e Estados Unidos para a assinatura de um acordo de livre comércio já começaram oficialmente. A declaração foi dada depois de uma reunião com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross, em Brasília.

— O que era só pensamento, agora já estamos oficialmente começando as negociações com os EUA — afirmou Guedes.

A afinidade entre os dois países também apareceu nas declarações do presidente Jair Bolsonaro que também se encontrou com Ross e disse estar cada vez mais apaixonado pelo presidente Donald Trump, depois de ser elogiado pelo americano:

— Depois do elogio do Trump ontem, estou cada vez mais apaixonado por ele.

SUBSÍDIOS A PRODUTORES

Na terça, o americano disse que quer seguir em frente com um acordo comercial com o Brasil e chamou Bolsonaro de "um grande cavalheiro", com quem disse ter um "relacionamento fantástico".

Guedes disse que a conversa com Ross foi produtiva e que o Mercosul ficou mais atraente depois que fechou um acordo com a União Europeia. Ele confirmou que as negociações com os americanos poderão seguir em duas frentes: uma bilateral, com o Brasil; e outra do tipo quatro mais um, entre os EUA e o bloco sul-americano.

— Nossa decisão de fazer uma abertura gradual da economia é um convite à aproximação comercial. Fechamos um acordo com a UE e agora os americanos querem uma possível integração. Ficamos décadas fora desses grandes acordos comerciais. O que está acontecendo é que o Brasil entrou em campo, e a bola está rolando — enfatizou o ministro.

Segundo Guedes, os americanos querem vender etanol de milho para o Brasil, que chegaria ao país cerca de 40% mais barato do que o produzido nacionalmente. Em contrapartida, o Brasil poderia ter acesso ao mercado americano para o açúcar de cana: — Eles querem vender et-nol para nós, mas temos os nossos canaviais, inclusive no Nordeste. Só se eles abrirem o açúcar para nós.

A concessão de subsídios aos produtores agrícolas americanos é um dos pontos complicados da negociação, segundo Guedes. Isso porque o Brasil é contra esse tipo de subvenção tanto no mercado interno quanto nas exportações.

— Vamos defender nossa agroindústria. Mas está ficando visível, ao longo de todas as nossas conversas, que os ganhos em cooperação tecnológica, investimentos, joint ventures (parcerias) entre empresas dos dois países e outros pontos são bem maiores que detalhes e obstáculos — disse Guedes.

Já o secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, reafirmou o que disse ao GLOBO na véspera: a Casa Branca tem um mandato negociador para fechar acordo com o Mercosul — restrito à redução de tarifas de importação — até junho de 2021. Já com o Brasil, poderia ser discutido um tratado mais amplo, sem necessidade dessa ferramenta, que abrangeria, além de comércio, áreas de investimento, serviços e transferência de tecnologia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: Claudia Dianni

Título: Negociações com os EUA começam

Ao sair do encontro que teve com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os dois países se comprometeram a iniciar negociações comerciais nas duas frentes em nível bilateral e no âmbito do Mercosul, ou seja, com os parceiros Argentina, Uruguai e Paraguai.

“Desde 2010, um secretário de Comércio dos Estados Unidos não vinha ao Brasil. Com essa proximidade dos presidentes Trump e Bolsonaro, e, ao mesmo tempo, com a nossa decisão de fazer uma abertura gradual da nossa economia, naturalmente há um convite para uma aproximação comercial. Desde o começo do governo, estamos buscando uma maior integração comercial. Começamos no Mercosul, nos deslocamos para um acordo com a União Europeia e agora os americanos querem uma possível integração”, disse. “Ficamos décadas fora desses grandes acordos comerciais. Então, quando o Brasil anunciou que quer aumentar o grau de integração, a bola está rolando. O Brasil entrou em campo”, completou o ministro.

Segundo Guedes, a orientação dos dois presidentes é ficar mais próximos e integrar as economias não apenas em âmbito comercial, mas estratégico. “Nós quisemos saber como vão as negociações deles com a China e eles quiseram saber como vão as nossas negociações com o Mercado Comum Europeu”, disse o ministro. De acordo com Guedes, o secretário americano esclareceu que a preocupação é de que as negociações do Mercosul com a União Europeia possam embutir padrões comerciais que representem, mais tarde, entraves ao comércio com os Estados Unidos, ao entrar em choques com as práticas norte-americanas.

O governo considera três “janelas de oportunidades” para iniciar as negociações: alinhamento político e ideológico entre Brasil, Estados Unidos e Argentina, presidência do Brasil no Mercosul neste semestre e autorização dada, pelo Congresso americano, para que o Executivo dos EUA negocie acordos que incluam tarifas de comércio. Essa autorização vence em junho de 2021, esclareceu o secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

Eleições

Por outro lado, o entrave para o andamento das negociações pode ser as eleições nos Estados Unidos, marcadas para o ano que vem, ponderou Troyjo. Além disso, o início das negociações também está pendente de definições institucionais com relação ao funcionamento da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que aguarda decreto de regulamentação, desde que a estrutura foi transferida do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (Mdic) para o

Ministério da Economia, no início do governo.

Se pelo lado dos americanos, para negociar tarifas de comércio é preciso autorização do Congresso, o Brasil só pode subir, baixar ou eliminar tarifas de importação e exportação em conjunto com os países do Mercosul, já que o bloco é uma união aduaneira, ou seja, os produtos que entram na região precisam obedecer às mesmas condições tarifárias em todos os países integrantes do bloco, com algumas exceções previstas em negociações especiais. Por isso, Guedes e Troyjo consideram as negociações entre Estados Unidos e Mercosul “mais ambiciosas”, mas garantem que as oportunidades no âmbito bilateral são amplas e incluem coordenação regulatória, facilitação de comércio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/08/2019

Seção: Economia

Autor: Claudia Dianni

Título: Cotas para trigo, etanol e açúcar

As conversas com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross, também envolveram a possibilidade de criar cotas no mercado brasileiro para a importação anual de 600 mil toneladas de etanol de milho e de 750 mil toneladas de trigo dos Estados Unidos. Ross também pleiteou cotas para autopeças e o Brasil quer mais mercado para o açúcar nos Estados Unidos, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Temos tecnologia flexível para etanol e eles querem mandar etanol de milho, que chega aqui cerca de 30% mais barato. Tudo bem, mas precisamos dar destino ao açúcar, então, eles têm que abrir o mercado lá e isso está sendo negociado”.

De acordo com o secretário especial de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, os avanços sobre as cotas dependem de definições institucionais com relação à Câmara de Comércio Exterior (Camex). Essas cotas podem ser negociadas nas listas de exceção da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, cuja média é de 20%. Nas listas de exceção, negociadas individualmente entre os países envolvidos, as tarifas podem chegar a zero. Portanto, as cotas estarão no âmbito da negociação bilateral.

Segundo explicou o secretário, nas negociações bilaterais com os Estados Unidos, estão previstas medidas de facilitação de comércio e coordenação regulatória, como regras técnicas e sanitárias. O governo calcula que a falta de

coordenação regulatória chega a afetar, negativamente, em 14% o volume das exportações médias brasileiras. O secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, disse que Ross voltou a confirmar que os Estados Unidos apoiam o ingresso do Brasil na OCDE.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/08/2019

Seção: Mundo

Autor: Rodrigo Craveiro

Título: Itaipu leva oposição a iniciar impeachment

Em resposta a um acordo secreto sobre a hidrelétrica de Itaipu firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, em 24 de maio, os partidos da oposição no Congresso paraguaio iniciaram um processo de impeachment contra o presidente, Mario Abdo Benítez, e o vice, Hugo Velázquez. As tratativas com o Brasil, em maio passado, levaram à não inclusão de um item no memorando que possibilitaria a Assunção vender a energia elétrica de Itaipu no mercado brasileiro — uma manobra considerada altamente prejudicial para os interesses dos paraguaios. “Resolvemos dois pontos: em primeiro lugar, impulsionar o julgamento político contra o presidente e o vice-presidente, e a ação penal contra todos os envolvidos”, anunciou a líder do Partido Revolucionário Febrerista (PRF), Josefina Duarte, no início da noite de ontem. Efraín Alegre, presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), explicou que a iniciativa tem relação com “traição à Pátria e mau desempenho de funções”. Hoje, a bancada opositora formalizará a denúncia na Justiça.

O escândalo forçou a renúncia de cinco autoridades (veja quadro) e envolveu no nome de Jair Bolsonaro. “Negócio com os Bolsonaro após ata secreta em Itaipu”, estampava, em sua manchete de ontem, o ABC Color, principal jornal de Assunção. Segundo o diário, o advogado José Rodríguez González, 27 anos, teria intermediado negócios entre a Ande — o equivalente à Eletrobras paraguaia — e a companhia brasileira Léros Comercializadora, a qual teria ligações com a família Bolsonaro. A mediação, ainda de acordo com o ABC Color, ocorreu sob as ordens de Hugo Velázquez. O Correio enviou várias mensagens para González e tentou contato por telefone, mas não obteve resposta.

Reação

Jair Bolsonaro não comentou a denúncia, manifestou solidariedade com Marito (apelido do presidente paraguaio), admitiu a possibilidade de o colega ser submetido a julgamento político sumário e aceita debater o cancelamento do acordo. “Nosso relacionamento com o Paraguai é excepcional, excelente. E

estamos dispostos a fazer justiça nesta questão de Itaipu Binacional, que lá é importantíssimo para o Paraguai e muito importante para nós também”, declarou Bolsonaro a jornalistas. “Você sabe como é que funciona, lá é muito rápido o impeachment.” O porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros, disse ontem à noite que o Brasil está aberto a discutir uma “eventual denúncia” do acordo, termo diplomático que significa “rescisão”.

Em entrevista ao Correio, Alfredo Boccia Paz — escritor, médico e analista político do Última Hora — classificou como “extremamente grave o fato de um advogado de 27 anos, não vinculado ao governo, ter acesso a informação sensível e que vincularia o vice-presidente a um negócio de venda de energia aparentemente ligado ao clã Bolsonaro”. Ele explicou que a população paraguaia foi pega de surpresa com a renúncia do presidente e do gerente técnico da Ande. “Ambos denunciaram que, em maio, assinou-se um acordo secreto nocivo aos interesses do Paraguai, o qual obrigaria a um aumento da tarifa de energia elétrica. Isso provocou grande reação popular. Itaipu é um tema muito sensível em meu país. O Partido Liberal, principal legenda da oposição, exigiu a cabeça do chanceler (Luis Alberto Castiglioni), do diretor de Itaipu (José Alberto Alderete) e do embaixador paraguaio no Brasil (Hugo Saguier Caballero)”, comentou.

Com a divulgação de uma mensagem de WhatsApp de José Rodríguez González, na qual o advogado orientava Alderete a retirar um dos itens do acordo secreto com o Brasil, o escândalo ganhou em intensidade. Boccia acredita no êxito do julgamento político de Marito e de Velázquez. “A bancada do ex-presidente Horacio Cartes (Honor Colorado) acaba de anunciar que apoia o julgamento. Como eles costumavam votar alinhados ao Partido Colorado, isso se trata de um terremoto político”, avaliou, por volta das 21h40 de ontem. “O caso também põe em xeque a confiabilidade sobre o modo como o Paraguai negocia com o Brasil. O pior é a impressão de que negócios particulares estão por trás de toda essa suposta causa nacional, a renegociação de Itaipu, um dos assuntos mais delicados da campanha do atual presidente”, acrescentou o analista.

O cientista político Jose Carlos Rodríguez, da Universidade Nacional de Assunção, crê que o suposto envolvimento do clã Bolsonaro seja “especulação”. De acordo com ele, a exclusão do item 6 do acordo fará com que o Paraguai siga fornecendo energia a preço muito reduzido para o Brasil. “A indústria brasileira comprará energia a preço muito baixo, sem permitir a contrapartida paraguaia.” Ontem, María Epifania González, secretária de Prevenção de Lavagem de Dinheiro ou Bens do Paraguaio (Seprelad) e mãe de González, também entregou o cargo.

PT exige acesso a pacto

Em nota assinada por sua presidente Gleisi Hoffmann, o Partido dos

Trabalhadores (PT) afirmou que acompanha com “grande preocupação” os acontecimentos no Paraguai. “O partido entende que essa gigantesca hidrelétrica (...) foi construída pelos dois países irmãos para solidificar a amizade (...), e não para servir de motivo torpe para conflitos que atrapalhem uma relação”. O PT “lamenta o fato de que o anunciado novo acordo tenha sido negociado de forma sigilosa”. Hoffmann apresentará requerimento de informação “para exigir o envio imediato de texto negociado na surdina”.

“Nosso relacionamento com o Paraguai é excepcional, excelente. E estamos dispostos a fazer justiça nesta questão de Itaipu Binacional, que lá é importantíssimo para o Paraguai e muito importante para nós também”
Jair Bolsonaro, presidente do Brasil

Os pivôs da crise

Quem são os principais personagens do escândalo envolvendo a hidrelétrica brasileira

Hugo Velázquez, vice-presidente

O nome dele aparece em uma mensagem de texto do advogado José Rodríguez González, a fim de respaldar uma suposta ordem de retirar o item 6 da ata diplomática firmada com o governo brasileiro. É acusado de mediar o acordo a favor da empresa brasileira Léros Comercializadora, que seria ligada à família do presidente Jair Bolsonaro. Velázquez pode enfrentar um julgamento no Congresso.

Luis Alberto Castiglioni, chanceler

O ministro das Relações Exteriores apresentou a demissão “após a decisão do Poder Executivo de solicitar a anulação da ata bilateral assinada em maio (com o Brasil), a respeito das condições de contratação de energia da hidrelétrica binacional de Itaipu, e devolver as negociações aos níveis técnicos”, afirma um comunicado oficial.

José Alberto Alderete, diretor da Itaipu no Paraguai

No cargo desde 16 de agosto de 2018, apresentou a própria demissão na última segunda-feira.

Hugo Saguier Caballero,
embaixador do Paraguai em Brasília

O diplomata descartou “renúncia de soberania” do Paraguai em relação ao Brasil, com a assinatura.

María Epifania González (C) , secretária de Prevenção de Lavagem de Dinheiro ou Bens do Paraguai (Seprelad)

Renunciou após o envolvimento do filho, o advogado José Rodríguez González, em uma reunião com brasileiros para que fosse retirado do acordo o item que dizia que o Paraguai poderia comercializar livremente sua energia excedente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/08/2019

Seção: Mundo

Autor: Rodrigo Craveiro

Título: Ex-vice de Maduro é buscado pelos EUA

Um dos principais integrantes do governo chavista da Venezuela consta desde ontem na lista dos fugitivos mais procurados pelas autoridades dos Estados Unidos, acusado de envolvimento com o narcotráfico. Tareck El Aissami, que foi vice do presidente Nicolás Maduro para assuntos de economia, desde 2017, é alvo de buscas por parte do Serviço de Imigração e Controle de Fronteiras dos EUA. A operação inclui também Samark López Bello, apontado como auxiliar e acompanhante de El Assaimi.

A agência federal americana publicou em sua página na internet um aviso, acompanhado pela fotografia do alto funcionário venezuelano. “Você viu este fugitivo? Ele é procurado por narcotráfico internacional”, diz a mensagem, difundida também pelo Twitter. El Assaimi é descrito, em um perfil que acompanha o alerta, como responsável por “um papel importante” nas redes de distribuição de drogas a partir da América do Sul.

“Ele providenciou o envio de narcóticos e incluiu no processo o controle sobre aviões que partiam de uma base aérea venezuelana, além de operar rotas marítimas utilizando portos”, diz o texto. O hoje vice-presidente setorial de Economia teria envolvimento com as redes de tráfico de drogas desde quando foi governador do estado de Aragua, entre 2012 e 2017, período em que ascendeu na hierarquia do chavismo. Nesse período, segundo as autoridades americanas, teria supervisionado remessas de mais de uma tonelada de cocaína com destino ao México e aos EUA. Antes disso, tinha respondido pelo Ministério da Justiça desde 2008.

Em fevereiro de 2017, o Escritório de Controle de Ativos Externos do Departamento do Tesouro americano enquadrou El Assaimi na categoria de Traficante de Narcóticos Especialmente Designado (SDNT, na sigla em inglês). A classificação se apoia em uma lei federal sobre o tema, que estabelece padrões de procedimento no combate às drogas. O comunicado informa um número de telefone para informações sobre o paradeiro do vice venezuelano e adverte: “Não tente deter esse elemento”.

MME / ASCOM .